

A MERCANTILIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Nildo VIANA¹

RESUMO: O presente artigo discute o processo de mercantilização dos movimentos sociais. Para tanto, realiza uma análise da mercantilização das relações sociais em geral e após isso observa como isso atinge os movimentos sociais. Nesse processo analítico, é apresentado uma análise das ondas e escalas de mercantilização dos movimentos sociais. Após a realização da análise desses processos, se observa o efeito da mercantilização nos movimentos sociais, concluindo que se principal efeito é o da moderação.

PALAVRAS-CHAVE: Mercantilização. Movimentos Sociais. Ondas. Escalas. Moderação.

Os movimentos sociais ganharam destaque e se tornaram um dos temas mais debatidos nas ciências humanas. Esse fenômeno ganhou espaço e importância especial a partir dos anos 1960. Os movimentos sociais são complexos, pois trazem uma gama enorme de questões teóricas, políticas, entre outras, e estão entrelaçados com diversos outros fenômenos sociais, como Estado, cultura, partidos políticos, classes sociais, entre outros. O nosso objetivo é discutir uma questão mais específica sobre os movimentos sociais: o processo de mercantilização que os atinge.

Isso é fundamental e aponta para a necessidade de compreender a historicidade dos movimentos sociais e sua inseparabilidade da historicidade do capitalismo. Os movimentos sociais, tal como alguns autores apontam², surgem

¹ Universidade Federal de Goiás (UFG). Goiânia – GO – Brasil. Professor da Faculdade de Ciências Sociais. Universidade de Brasília (UnB). Brasília – DF – Brasil. Doutorado em Sociologia. nildoviana@ymail.com.

² Autores distintos, com concepções distintas, defendem a ideia de que os movimentos sociais surgem como o capitalismo ou com a sociedade moderna. Esse é o caso dos representantes da abordagem neoinstitucionalista, também conhecida como “teoria do processo político” (TARROW, 2009; VIANA, 2017a), de algumas abordagens marxistas (JENSEN, 2016; VIANA, 2016a; SILVA, 2018; TELES, 2017). Há também um conjunto de autores que não tratam desta questão da origem histórica dos movimentos sociais e outros que consideram que eles surgiram antes do capitalismo (FRANK; FUENTES, 1989). Essa última abordagem, no entanto, peca pela falta de um maior

com a sociedade moderna. E eles possuem uma historicidade, pois surgem e depois sofrem mutações no decorrer da história da modernidade. A historicidade dos movimentos sociais é inseparável da historicidade do capitalismo e por isso a questão da mercantilização é importante para uma análise mais profunda desse fenômeno. A mercantilização é um dos aspectos do capitalismo que tem maior impacto sobre os movimentos sociais. O surgimento e desenvolvimento dos movimentos sociais remetem para a história do capitalismo e da mercantilização (e processos correlatos, como a burocratização, a competição, etc.).

A percepção da questão da mercantilização foi percebida pela primeira vez, de forma mais enfática, pela abordagem institucionalista (VIANA, 2017a; McCARTHY; ZALD, 2017)³. Essa escola de pensamento percebeu que os movimentos sociais necessitam de recursos para realizar suas mobilizações e por isso desenvolveram uma abordagem que apontam para uma percepção inicial do processo de mercantilização dos movimentos sociais. A análise institucionalista dos movimentos sociais, no entanto, acaba sendo bastante limitada, por diversos motivos. Uma dessas limitações é delimitar seu campo perceptivo apenas às “organizações dos movimentos sociais”, que eles distinguem, dos movimentos sociais⁴. Assim, há uma delimitação analítica que empobrece a compreensão dos movimentos sociais. Além disso, os institucionalistas analisam as organizações mais fortes e poderosas, nas quais o processo de mercantilização é mais intenso. Um outro ponto problemático reside em suas fontes ideológicas, tal como a economia marginalista, é outro problema dessa abordagem (VIANA, 2017a).

Mas há uma outra concepção que aborda, sob forma diferente, a mercantilização dos movimentos sociais. Trata-se da análise marxista dos movimentos sociais. Uma parte dos marxistas que analisaram os movimentos sociais, mesmo que superficialmente, colocaram em evidência sua historicidade (JENSEN, 2016), e mostraram seus limites e obstáculos. Embora, na maioria dessas análises, a questão da mercantilização apareça periféricamente ou nem sequer aparece. Isso traz elementos importantes para o processo analítico desse fenômeno, inclusive o de ser um obstáculo para o avanço dos movimentos sociais. Muitas vezes a palavra mercantilização não aparece, mas alguns autores dessa orientação acabam

desenvolvimento teórico e conceitual, a começar pela indefinição ou definição extremamente ampla do que são os movimentos sociais.

³ Também conhecida como “teoria da mobilização de recursos” (VIANA, 2017a; ALONSO, 2009; GOHN, 2002).

⁴ Há uma interpretação equivocada da abordagem institucionalista, segundo a qual esta concepção confundiria movimentos sociais e organizações (vistas como “empresas”). No entanto, trata-se de uma crítica equivocada, pois os representantes dessa abordagem definem movimentos sociais de forma ampla e delimitam que sua abordagem trata apenas das OMS (Organizações dos Movimentos Sociais) e isso deixa claro que não há nenhuma confusão (McCARTHY; ZALD, 2017).

percebendo sua existência não nomeada e seus obstáculos para o desenvolvimento dos movimentos sociais.

Tendo em vista o nosso objetivo e essa contribuição teórica fundamental, vamos analisar o processo de mercantilização dos movimentos sociais e, para tanto, teremos que esclarecer, anteriormente e teoricamente, o que é a mercantilização, qual seu significado, qual sua relação com o modo de produção capitalista, qual seu impacto na sociedade e seu significado político (inclusive sua relação com a moderação dos movimentos sociais e o enfraquecimento das tendências anticapitalistas). O passo seguinte é analisar a mercantilização dos movimentos sociais, o que remete ao processo analítico da relação entre estes dois fenômenos. Assim, é necessário, após discutir o processo de mercantilização das relações sociais, realizar uma breve discussão sobre os movimentos sociais e sua relação com esse fenômeno. Como os movimentos sociais são atingidos pela mercantilização? Quais setores dos movimentos sociais são mais atingidos? Quais são as consequências da mercantilização nos movimentos sociais? Esse será o trajeto que desenvolveremos aqui.

A palavra mercantilização é bastante utilizada, mas pouco definida. A sociologia econômica, desde seus precursores, passando por Bourdieu (2000), até chegar à “nova sociologia econômica” (SWEDBERG, 2004; STEINER, 2006) pouco discutiu sobre isso, apesar de fornecer importância demasiada à questão do mercado⁵. Por outro lado, alguns autores tentaram discutir essa questão e até denunciar a “mercantilização de tudo” (WALLERSTEIN, 1984), mas não conceituaram e não explicaram o significado desse fenômeno. Alguns esboçaram uma explicação da mercantilização e a relacionaram com a sociabilidade capitalista (VIANA, 2008), mas, mesmo nesses casos, não foi desenvolvida uma análise mais profunda da mercantilização. Por isso é necessário explicitar o significado da mercantilização das relações sociais antes de relacioná-la com os movimentos sociais, o que já foi esboçado anteriormente (VIANA, 2016a).

⁵ Alguns autores abordam a história da sociologia econômica a partir dos clássicos e outros autores que são contemporâneos deles, tais como Durkheim, Weber, Simmel, Veblen, etc. (SWEDBERG, 2004; STEINER, 2006) e alguns mais contemporâneos, como Bourdieu (2000). Isso ocorre no contexto de busca de constituição da chamada “nova sociologia econômica” (SWEDBERG, 2004; STEINER, 2006). Não deixa de ser curioso como o clássico da sociologia que mais desenvolveu análise da chamada “economia”, inclusive realizando uma crítica da economia política, Karl Marx, esteja ausente nessas abordagens. O foco de grande parte dessas abordagens é o mercado, que, no entanto, aparece geralmente como algo metafísico, numa produção sociológica próxima a um fetichismo do mercado, sendo equivalente ao que Marx expressou com o termo “fetichismo da mercadoria”. O processo de produção capitalista, o trabalho e a exploração através da extração de mais-valor, a acumulação de capital, estão totalmente ausentes nessas abordagens, que preferem cair no sociologismo ao invés de realizar uma análise crítica e totalizante da sociedade capitalista.

A mercantilização é o processo progressivo de transformação de bens materiais em mercadorias e bens culturais, coletivos e materiais⁶, em mercancias⁷ (VIANA, 2018a). Esse processo progressivo e cumulativo cria ondas de mercantilização, que significam o processo de expansão e universalização da produção capitalista de mercadorias. Assim, a produção capitalista de mercadorias durante a chamada revolução industrial, época do regime de acumulação extensivo, era de roupas, tecidos, chapéus, máquinas, etc. Os utensílios domésticos (como mesas e cadeiras) ainda eram produzidos nos modos de produção subordinados ao capitalismo (modo de produção artesão, modo de produção camponês, etc.) e só passam a ser mercadorias capitalistas⁸ a partir do regime de acumulação intensivo, ou seja, no período do capitalismo oligopolista. Após isso, com o regime de acumulação conjugado (1945-1980 aproximadamente), o automóvel, a televisão, a cultura, são mercantilizados. No atual regime de acumulação, o integral, a tecnologia (computadores, celulares), determinadas formas de produção cultural, etc., são mercantilizados.

O processo de mercantilização significa que os bens (materiais, coletivos, culturais) vão se tornando mercadoria ou mercancia e isso tem uma consequência na vida cotidiana dos indivíduos. Isso ocorre pelo fato de que as mercadorias e mercancias são valores de troca e, por conseguinte, são vendidas em troca de dinheiro. Isso gera um fenômeno derivado que é a monetarização das relações sociais (VIANA, 2018a). Como os indivíduos (bem como instituições e empre-

⁶ Os bens materiais que se tornam mercancias são distintos dos que se constituem como mercadoria. Os bens materiais que se tornam mercadorias são produzidos no âmbito do modo de produção capitalista (ou, em certos, casos, nos modos de produção subordinados) e os bens materiais que podem se tornar mercancias são aqueles fora desse âmbito, ocorrendo nas formas sociais (“superestrutura”), tais como obras de arte, obras de coleção, etc., cuja dinâmica de produção (quando é produção, pois pode ser algo “coletado”, sem relações de trabalho, na natureza) e troca é distinto (VIANA, 2018a).

⁷ A mercadoria é um bem material que é produto do trabalho humano e que possui valor de uso e valor de troca e a mercancia é um bem material, coletivo ou cultural que possui valor de uso e valor de troca. A mercadoria no capitalismo, quando se encontra plenamente desenvolvida, é um bem material que surge através da extração de mais-valor, ou seja, é produzida e só existe no interior das relações de produção capitalistas, enquanto que a mercancia é externa a essas relações e, mesmo nos casos raros em que é algo material, como uma obra de arte, é constituído nas formas sociais (“superestrutura”) e não no modo de produção capitalista. Disso deriva outras diferenças, tais como o valor da mercadoria, que é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário, expressão do valor-trabalho, enquanto que a mercancia tem seu valor determinado diferentemente, sendo pelo valor-mercado (as relações de distribuição capitalistas) ou valor-cultura (processo cultural), dependendo de qual mercancia se trata (VIANA, 2018a).

⁸ A mercadoria é anterior ao capitalismo. No entanto, a sua importância nos modos de produção pré-capitalistas sempre foi secundária, devido a convivência e/ou primazia da produção de valores de uso, e por isso eram *mercadorias elementares*. É só com o desenvolvimento do modo de produção capitalista que elas ganham uma função principal no processo de produção de bens materiais e assim tornam-se *mercadorias plenas*, que é o que aqui denominamos mercadorias capitalistas (e ainda existem mercadorias elementares produzidas nos modos de produção subordinados que vegetam na sociedade capitalista) (VIANA, 2018a).

sas) não trocam mercadorias por mercadorias, então o dinheiro, que é o “meio de troca universal” e “equivalente geral” (MARX, 1988), é uma necessidade para a realização das trocas mercantis. E isso gera a necessidade de aquisição de dinheiro.

Marx já havia apontado para o processo de constrangimento dos trabalhadores pela necessidade do dinheiro. Segundo Marx (1988), o proletário não tem capital, não possui meios de produção. Então ele não tem como sobreviver sem ter dinheiro para adquirir os meios necessários para sua sobrevivência (alimentos, roupas, habitação, etc., pois tudo isso, no capitalismo, é mercadoria). Por outro lado, ao contrário do escravo na sociedade escravista e do servo na sociedade feudal, ele não é submetido ao trabalho compulsório. Ele trabalha se quiser. É por isso que Marx (1988) afirmou que ele é juridicamente livre. Ele é livre para decidir vender ou não sua força de trabalho em troca de um salário. E aqui reside a questão da exploração. Ele é juridicamente livre, mas socialmente constrangido ao trabalho⁹, pois é através desse que poderá adquirir dinheiro (sob a forma de salário), que é o meio para a aquisição dos bens necessários para sua sobrevivência e de sua família.

É por isso que Marx afirma que a força de trabalho é uma mercadoria *sui generis*. A força de trabalho é *sui generis* por ser a única mercadoria que gera um mais-valor, ou seja, acrescenta valor às demais mercadorias. E isso tem consequência no valor das mercadorias, pois elas recebem o seu valor equivalente, enquanto que a força de trabalho é a única mercadoria que recebe um valor inequivalente (VIANA, 2018a). Isso expressa a exploração dos proletários, que acrescentam valor às mercadorias, mas recebem apenas uma parte do que produziram, sob a forma de salário. Os proletários, assim como todos os indivíduos na sociedade capitalista, precisam de dinheiro para sobreviver, pois tudo se transformando em mercadoria ou mercancia, significa que tudo passa a ter um valor de troca e precisa ser adquirido via moeda corrente.

Porém, o processo de produção capitalista de mercadorias gera a necessidade daqueles que não estão envolvidos diretamente nas relações de produção capitalistas em adquirir dinheiro também. O modo de produção capitalista gera as duas classes sociais fundamentais, a burguesia (classe apropriadora do mais-valor, dona do capital) e o proletariado (classe produtora do mais-valor, dono da força de trabalho) e ambas adquirem dinheiro via lucro e salário,

⁹ Sem dúvida, existem alternativas ao trabalho assalariado (e que são efetivadas por setores do lumpemproletariado), mas a maioria é considerada imoral e/ou ilegal, como a mendicância, a prostituição, o roubo, etc. Por outro lado, outras classes sociais conseguem outras formas de garantir sua sobrevivência, como a classe semiburguesa (pequenos proprietários), os camponeses, etc.

respectivamente. Porém, como as demais classes conseguem o dinheiro para sobreviver?

Aqui teríamos que dividir entre as classes sociais dos modos de produção subordinados e as classes sociais improdutivas. As classes sociais dos modos de produção subordinados ao modo de produção capitalista são paulatinamente enfraquecidas e quantitativamente diminuídas, cuja tendência é sua extinção. A classe artesã está praticamente destruída e a classe camponesa, para citar apenas dois exemplos, está diminuindo paulatinamente e na Europa está efetivamente extinta¹⁰. As classes oriundas de modos de produção subordinados conseguem dinheiro através da produção de um excedente que assume a forma de mercadoria elementar. O camponês, por exemplo, produz valores de uso, bens que não são mercadorias para seu próprio consumo, mas ele produz um excedente que vende no mercado para adquirir dinheiro e assim poder comprar aquilo que não produz (meios de produção, tal como um trator, por exemplo, bem como outras mercadorias).

Mas, além dessas, temos outras classes sociais, que são as improdutivas. Por qual motivo seriam improdutivas? Pelo fato de não produzirem mais-valor, o que é realizado pelo proletariado. No entanto, elas recebem um salário. A burocracia, a intelectualidade, os subalternos, etc. são trabalhadores assalariados improdutivos, no sentido de não produzirem mais-valor, por mais relevante socialmente que seja sua atividade laboral. As classes improdutivas adquirem dinheiro através do salário, tal como o proletariado (e por isso muitos confundem outras classes com essa). Todo proletário é um trabalhador assalariado, mas nem todo trabalhador assalariado é um proletário.

Desta forma, é preciso entender que a renda de todas as classes sociais improdutivas tem sua origem no mais-valor global produzido pelo proletariado¹¹. Assim, o mais-valor global é repartido na sociedade capitalista e é o que permite o consumo das classes improdutivas. Isso ajuda a entender o processo de reprodução ampliada do capital e sua consequência: a reprodução ampliada do mercado consumidor. O processo de mercantilização das relações sociais traz a necessidade de aquisição de dinheiro para a sobrevivência dos indivíduos que

¹⁰ É claro que a compreensão disso remete ao conceito de campesinato, que não é consenso entre os pesquisadores, mas que aqui se usa na concepção marxista e não poderemos, tal como no caso das outras classes citadas, apresentar o seu significado, por questão de espaço. A concepção de classes sociais em Karl Marx é muito mais ampla e profunda do que alguns autores pensam e que muitos deformaram (VIANA, 2018b).

¹¹ A base teórica dessa discussão se encontra em Marx (1988), quando ele discute o mais-valor global e a repartição do mais-valor, tal como no capítulo de *O Capital* sobre “Os rendimentos e suas fontes”. Essa discussão é retomada e desenvolvida a partir da discussão sobre a mercantilização das relações sociais (VIANA, 2018a) e sobre a teoria marxista das classes sociais (VIANA, 2018b).

não pertencem às classes fundamentais (burguesia e proletariado) e esses obtêm suas rendas da repartição do mais-valor no conjunto da sociedade sob a forma de salário. Da mesma forma, a mercantilização impõe o cálculo mercantil, através do qual os indivíduos, as unidades domésticas, as instituições, as empresas, o aparato estatal, devem calcular a renda e os gastos visando o equilíbrio orçamentário (ou o lucro, no caso do capital).

A mercantilização das relações sociais é fundamental para explicar os movimentos sociais e outros fenômenos sociais relacionados a eles. Mas, antes de tratar da relação entre mercantilização e movimentos sociais, é necessário explicitar o conceito de movimentos sociais e algumas de suas características. Existem dezenas de definições de movimentos sociais (VIANA, 2016a) e não cabe aqui retomá-las. Consideramos que os movimentos sociais são “movimentos de grupos sociais” (JENSEN, 2016; VIANA, 2016a) ou, de forma mais completa, são mobilizações de determinados grupos sociais¹² derivadas de situações sociais geradoras de insatisfação social, senso de pertencimento e objetivos (VIANA, 2016a). Desta forma, o conceito de movimentos sociais expressa o fenômeno geral e o movimento negro, o movimento feminino, o movimento estudantil, seriam movimentos sociais específicos (VIANA, 2016b).

É preciso ressaltar que existem três variedades de movimentos sociais (VIANA, 2016a). A primeira variedade é a dos movimentos sociais conservadores. Esses são compostos por indivíduos da classe dominante e por algumas de suas classes auxiliares (latifundiários, burocratas, intelectuais, semiburgueses, etc.). A segunda variedade é a dos movimentos sociais reformistas (que são hegemonicamente reformistas, mas no seu interior coexistem tendências conservadoras e revolucionárias), nos quais a hegemonia é geralmente dos setores mais autonomizados da burocracia e da intelectualidade e sua composição social é policlassista. A terceira variedade é a dos movimentos sociais revolucionários, geralmente compostos por proletários, setores da juventude e intelectualidade, etc., mas que só existem efetivamente quando emergem momentos de revolução social (em momentos não-revolucionários, eles coexistem como tendências no interior dos movimentos sociais reformistas). Um movimento social conservador é o movimento racista nos Estados Unidos, que gerou organizações como a Ku Klux Klan e o Poder Branco, entre outras. Um movimento social reformista é o feminino, que tem no seu interior tendências conservadoras, reformistas e revolucionárias. Um movimento social revolucionário é o movimento estudantil que em determinados momentos passa da hegemonia reformista para a

¹² Mas não se trata do grupo social como um todo e sim os setores ativistas dos mesmos, ou o “grupo em fusão” (VIANA, 2016a) para retomar expressão de Sartre (2002).

hegemonia revolucionária, tal como ocorreu no caso da Rebelião Estudantil de Maio de 1968.

Cada movimento social específico (estudantil, negro, feminino, etc.) gera ramificações, que são suas concepções (doutrinas, ideologias, representações, etc.), suas organizações (grupos informais, organizações formais, etc.), suas tendências (orientações políticas), etc. Essa distinção entre movimento social e ramificações é importante para não se confundir organizações, tendências ou concepções com um movimento social. Assim, a UNE – União Nacional dos Estudantes – é uma organização mobilizadora do movimento estudantil, uma ramificação, e não um movimento social. Em outras palavras, é uma parte de um movimento social e não ele mesmo um movimento.

Uma distinção importante a ser feita é no caso dos movimentos sociais reformistas, pois estes não só possuem distintas tendências internas (conservadoras, reformistas e revolucionárias) como possuem uma outra diferença interna importante, que é entre os movimentos sociais cujo grupo social de base é policlassista ou composto por indivíduos das classes superiores e os movimentos sociais populares, cuja composição social é formada por grupos sociais pertencentes às classes trabalhadoras (proletários, lumpemproletários, camponeses, etc.) (VIANA, 2016c). O exemplo mais comum é os dos movimentos sociais urbanos (assim como os movimentos sociais rurais), que são compostos, geralmente, por grupos situacionais das classes trabalhadoras, como o movimento de luta por moradia. Essa distinção é importante, pois o processo de mercantilização atinge de forma diferenciada estes últimos.

Esse conceito de movimentos sociais é importante também para a análise da mercantilização em seu impacto sobre os movimentos sociais. Um movimento social específico possui setores que são mais atingidos pela mercantilização e outros que são menos atingidos. E por isso é importante compreender que o impacto da mercantilização atinge fundamentalmente as organizações mobilizadoras. As organizações mobilizadoras são ramificações dos movimentos sociais. Assim, o movimento negro gerou diversas organizações mobilizadoras, tais como, no caso brasileiro, o MNU (Movimento Negro Unificado), UNEGRO (União de Negros Pela Igualdade), MNS (Movimento Negro Socialista), para citar alguns poucos exemplos no caso brasileiro. O fato de que algumas dessas organizações colocarem “movimento negro” no nome¹³ não deve promover o

¹³ É importante entender a diferença entre signo e significado. Existem signos que possuem vários significados e determinados fenômenos (significados) que possuem vários nomes (signos). A questão metodológica fundamental, de acordo com a dialética materialista, é distinguir entre autodenominação e ser, tomando as relações sociais concretas como base para a compreensão do ser ao invés da representação. Tal como afirmou Marx, “do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de

equivoco de que uma delas seria “o movimento negro”, pois são ramificações do mesmo, sendo organizações mobilizadoras em seu interior¹⁴. O movimento das mulheres, o movimento ecológico, o movimento estudantil, igualmente geraram diversas organizações mobilizadoras e estas são ramificações desses movimentos.

No entanto, a mercantilização atinge ao movimento social como um todo, incluindo os indivíduos. Um indivíduo precisa de dinheiro para participar de uma organização mobilizadora, uma manifestação, etc. O dinheiro é necessário para locomoção (passagem de ônibus ou outro meio, gasolina se tiver carro próprio, etc.), para colaborar com a ação ou organização quando é solicitado, entre diversas outras formas. Claro que aqui não é uma despesa do movimento e sim dos indivíduos que participam do mesmo. No entanto, os movimentos sociais só existem através dos indivíduos. Podemos, assim, distinguir entre despesas individuais dos ativistas e despesas de mobilização. O que nos interessa aqui é, fundamentalmente, as despesas de mobilização ou despesas dos movimentos sociais. As despesas de mobilização são aquelas necessárias para se realizar uma determinada ação. Se um Centro Acadêmico ou um grêmio estudantil querem realizar uma manifestação de rua, então terão, além das despesas individuais¹⁵, as despesas de mobilização. Entre estas, poderão necessitar de cartazes, carro de som, pinceis, etc. Para cobrir tais despesas é necessário dinheiro, a não ser que o consigam sob outra forma (pegando material da instituição, o que é possível no caso de estudantes utilizando material da escola ou universidade, embora alguns sejam difíceis conseguir por essa forma). De qualquer forma, trata-se de despesas monetárias, pois precisam de mercadorias e para as adquirir alguém paga (instituição ou indivíduos). Nesse caso mais restrito, os indivíduos podem arcar com as despesas (individualmente ou coletivamente, dependendo da quantia, etc.).

O importante a ressaltar é que existem despesas de mobilização. Isso também quer dizer que quanto maior a mobilização, maior é a despesa. Se for uma

transformações pela consciência que ela tem de si mesma” (MARX, 2008, p. 48). “A distância entre a existência (‘a vida’) e consciência introduz de nova esta exigência metodológica: dar mais importância à situação real do que à consciência, muitas vezes deformada, desta situação. Examinar mais a atividade do que a opinião” (LAPASSADE, 1975, p. 175).

¹⁴ “As organizações mobilizadoras são assim chamadas por serem organizações dos movimentos sociais criadas para efetivar a mobilização dos mesmos. Nesse sentido, as organizações mobilizadoras não são “o” ou “um” movimento social e sim ramificações de tais movimentos. E como ramificação de um movimento social, a organização mobilizadora é parte do mesmo. Cada movimento social tende a gerar diversas organizações mobilizadoras, o que é explicado pela divisão dentro dos grupos sociais constituída pela sociedade moderna. Essas organizações mobilizadoras podem ser concorrentes, opostas ou até antagônicas” (VIANA, 2017c, p. 3).

¹⁵ A importância das despesas individuais aparece quando percebemos que os indivíduos pertencentes às classes trabalhadoras possuem menos recursos financeiros, o que significa maior dificuldade de participação (o que dificulta a hegemonia proletária nos movimentos sociais), ou seja, faz parte das relações sociais concretas em sua totalidade e não pode ser descartado como “resíduo”, gerando uma pseudoconcreticidade, para utilizar termo de Kosik (1986).

grande manifestação de rua, com vários carros de som, uso de camisetas personalizadas, cartazes, bandeiras, faixas, etc., então as despesas serão maiores. Assim, os recursos financeiros de quem realiza a mobilização permite sua maior amplitude e visibilidade, o que significa maior força de pressão. Porém, resta a pergunta: quem é que realiza as manifestações? Um indivíduo não realiza manifestação de rua sozinho, pois seria quase invisível. Geralmente quem realiza as mobilizações são organizações, apoiadas por indivíduos externos a elas, ou conjunto de organizações, união esporádicas, etc. Um movimento social não realiza manifestações de rua, pois não existe consenso no seu interior (existem distintas reivindicações, estratégias, formas de organização, etc.) e sim ramificações (geralmente organizações) que a efetivam.

Para discutir esse processo é fundamental a questão das escalas de mercantilização. As escalas de mercantilização podem ser divididas em mínima, média e máxima. A escala mínima de mercantilização de uma ramificação de um movimento social é aquela na qual é necessário recursos financeiros para sua ação, ou seja, quando existem despesas de mobilização. Toda mobilização requer recursos financeiros, como já dissemos. Isso vale para indivíduos, organizações, ações esporádicas, etc. No entanto, a mobilização não é apenas manifestação de rua (e essa pode ser realizada com outras ações conjuntas ou complementares). Uma determinada organização pode realizar panfletagem, o que significa ter recursos para produzir panfletos. Ela pode também querer divulgar ideias em meios próprios de publicação e assim precisará de recursos para publicar jornais, boletins ou revistas, entre outros exemplos. Dependendo de qual organização, da forma da publicação ou manifestação, etc., variará a necessidade quantitativa de recursos financeiros, sendo mais ou menos extensas as despesas mobilizacionais. Existindo as despesas de mobilização, o cálculo mercantil se torna presente, embora sem causar grande impacto na organização mobilizadora, grupo, etc. Na escala mínima de mercantilização, voltada para despesas de mobilização, as fontes dos recursos necessários podem ser variadas, como contribuição dos integrantes, realização de atividades que promovem arrecadação de dinheiro (festas com venda de ingressos, rifas, etc.) ou doação externa. No entanto, é necessário destacar que nesse caso trata-se de organizações mobilizadoras autárquicas¹⁶ e geralmente bem pequenas, ou indivíduos, uniões esporádicas, etc.

¹⁶ As organizações autárquicas são formas de auto-organização, ou seja, organizações não-burocráticas. As organizações autárquicas não possuem um quadro dirigente permanente, formal e hierárquico, pois nelas todos participam das decisões, enquanto que as organizações burocráticas possuem tal quadro dirigente e mesmo naquelas que são “democráticas”, existe uma relação entre dirigentes e dirigidos (VIANA, 2015). “As organizações burocráticas democráticas são aquelas em que o processo decisório é, aparentemente, decidido pela maioria. No fundo, a democracia significa uma participação restrita dos dirigidos no processo decisório. Aqui podemos citar o exemplo

A escala média de mercantilização expressa uma ampliação da necessidade de recursos financeiros através do acréscimo das despesas de organização (que inclui as despesas de infraestrutura, com máquinas, computadores, etc.). Esse é o caso fundamentalmente das organizações mobilizadoras, que já trazem despesas próprias além das de mobilização. As organizações mobilizadoras podem necessitar de recursos para suas próprias despesas, tais como materiais (panfletos, jornais, etc.), máquinas (computadores, impressoras, etc.), e, em alguns casos, pagar salários e aluguel de sede. Isso demanda uma quantidade maior de recursos financeiros e as despesas organizacionais são, em muitos casos, permanentes (tal como aluguel). Nesse contexto, o cálculo mercantil é uma imposição e visa resolver o problema da preocupação com a aquisição de recursos e com as despesas organizacionais e mobilizacionais. Esse processo pode atingir também indivíduos, tendências, etc., mas isso dependerá de um conjunto de determinações, sendo mais comum nas organizações mobilizadoras. No caso de um indivíduo, isso ocorre quando ele além de suas despesas individuais e mobilizacionais, passa a ter despesas infraestruturais¹⁷. Um exemplo pode esclarecer isso. Um indivíduo que exerça ação compartilhada com determinado movimento social, como uma jovem que atua a favor do movimento feminino sem ter vínculo com nenhuma organização ou tendência, escrevendo livretos, tem despesas individuais (transporte pessoal para sair vendendo os livretos e para outras ações) e mobilizacionais (a produção dos livretos em uma gráfica), mas se compra uma impressora profissional para produzi-los, aí já é uma despesa infraestrutural, ou seja, como suporte para a mobilização, sendo algo permanente¹⁸.

A escala máxima de mercantilização é o primeiro passo para que a organização atingida por ela deixe de ser ramificação de um movimento social, o que significa sua desvinculação com o mesmo, tal como ocorre mais frequentemente com as organizações mobilizadoras. Nesse caso, a mercantilização se intensifica ao ponto de que o cálculo mercantil se torna preponderante na organização e as despesas organizacionais se tornam superiores às despesas mobilizacionais. A partir desse momento a captação de recursos financeiros se torna um objetivo da organização. Muitas organizações buscam efetivar esse processo, seja buscando

de um partido político, que se organiza através de congressos, eleições, etc., permitindo, aos filiados e integrantes mais ativos, uma participação restrita, pois aqueles que possuem posse dos meios de administração (burocracia partidária) detêm a decisão final” (VIANA, 2015, p. 26).

¹⁷ As despesas infraestruturais são parte das despesas organizacionais. As organizações mobilizadoras possuem as despesas infraestruturais como parte das despesas organizacionais, mas é possível despesas infraestruturais independente de despesas organizacionais, o que depende da organização mobilizadora ou se é indivíduo, união esporádica, etc.

¹⁸ É o caso de impressoras que são pagas mensalmente, além de trazer despesas extras com papel, tinta, softwares, etc.

recursos financeiros junto a governos ou instituições (onde se criam até especialistas em “elaboração de projetos”, exigidos para a solicitação de apoio por parte dos financiadores), seja através da mercantilização de serviços e produtos (por exemplo, uma sede de uma organização que se torna, ao mesmo tempo, um bar, um local de venda de mercadorias, etc.), entre outras formas possíveis.

Assim, a escala máxima de mercantilização de uma organização mobilizadora já a coloca na linha divisória entre ser uma ramificação de um movimento social ou deixar de sê-lo¹⁹. Essa linha divisória é ultrapassada quando a organização mobilizadora (ou outra forma de ramificação do movimento social) passa de organização autárquica ou burocrática informal, para burocracia formal²⁰. O processo de mercantilização tende a gerar um processo de burocratização e vice-versa. No entanto, nosso foco é a mercantilização e por isso deixaremos uma análise mais profunda do processo de burocratização para outra oportunidade, apesar de realizar uma discussão a esse respeito adiante. O que interessa ressaltar aqui é que uma ramificação de um movimento social deixa de ser parte dele ao combinar escala máxima de mercantilização e burocracia formal, completa, pois aí deixa de ser organização mobilizadora e passa a ser organização burocrática. Quando a burocratização atinge o grau máximo ao lado da escala máxima de mercantilização, a organização deixa de ser ramificação de um movimento social.

Assim, é possível perceber que as escalas de mercantilização atingem diretamente os objetivos, especialmente das organizações mobilizadoras. A escala mínima de mercantilização não interfere no objetivo da organização mobilizadora, que continua sendo a mobilização para satisfazer suas reivindicações e objetivos mais profundos. A escala média de mercantilização, por sua vez, tende a gerar, além do objetivo que justifica a sua existência, a necessidade do retorno monetário, pois o dinheiro se torna indispensável para a mobilização e manutenção da organização. O objetivo fundamental pode ser transformado, dependendo da organização (que além do processo de mercantilização e burocratização tem como determinação os interesses dos indivíduos que são os seus

¹⁹ O que não significa que vai abandonar o discurso, pois é isso que legitima para certos setores sua existência. O Greenpeace, por exemplo, deixou de ser uma ramificação do movimento ecológico ao se tornar uma grande instituição burocrática, mas não abandonou o seu discurso ambiental, pois se o fizesse, não teria legitimidade e razão para existir, nem apoio financeiro externo ou vendagem de mercadorias.

²⁰ Uma organização burocrática informal é uma forma organizacional que já contém elementos burocráticos, mas de forma incompleta, convivendo com elementos pré-burocráticos. Assim, um grupo político pode possuir normas escritas (estatutos, manifestos), quadro dirigente, processo de controle e decisão, hierarquia, o que significa diversos elementos burocráticos, mas ainda pode ser uma burocracia informal. Para se transformar em burocracia formal (completa), é necessário o assalariamento do quadro dirigente, posse de meios de administração, etc. (VIANA, 2015).

fundadores e/ou mantenedores)²¹. No entanto, desde que mantenha mobilização e as reivindicações de um determinado movimento social, então continua sendo sua ramificação. A escala máxima de mercantilização gera um duplo objetivo dentro da organização (desde que ela não se torne uma organização burocrática): o objetivo original ligado ao movimento social e o objetivo de reprodução da organização, o que pressupõe recursos financeiros.

No processo analítico acima, tratamos principalmente de organizações mobilizadoras e em casos particulares e sem vínculo com o conjunto da sociedade, a não ser através do processo de mercantilização. Porém, na dinâmica social geral há um processo de intensificação da mercantilização e um aumento de organizações mobilizadoras que ampliam sua escala de mercantilização de acordo com a história do capitalismo. Por isso é importante discutir também as ondas de mercantilização.

As ondas de mercantilização acompanham a história do capitalismo. É preciso, no entanto, esclarecer que se trata de ondas sociais, que podemos definir como um processo cumulativo marcado pela extensão e intensificação de um determinado fenômeno. As ondas de mercantilização significam, portanto, a extensão e intensificação (que pode ser uma universalização, dependendo do que se trata) desse fenômeno. A mercantilização, tal como colocamos anteriormente, é um processo progressivo de transformação de bens materiais em mercadorias e bens materiais (obras de arte, de coleção, etc.) e principalmente bens culturais e coletivos em mercancias. O que significaria, nesse contexto, ondas de mercantilização? Um processo cumulativo marcado pela expansão e universalização (ou extensão e intensificação) do processo de mercantilização, no qual cada vez mais os bens são transformados em mercadorias ou mercancias.

As ondas de mercantilização se sucedem de acordo com a sucessão de regimes de acumulação (VIANA, 2018a) e assim podemos verificar cinco grandes ondas de mercantilização na sociedade moderna: a que vai da chamada “revolução comercial” até o período da chamada “revolução industrial”, marcada pela força do capital comercial e expansão comercial mundial; a que vai desse momento até aproximadamente metade do século 19, agora sob a forma de produção capitalista de mercadorias, especialmente de máquinas (meios de produção), roupas, chapéus, entre outros bens de consumo; a terceira onda que emerge nesse período e se estende até 1945, no qual além desses processos, novos

²¹ Isso é um caso temporário, pois as organizações mobilizadoras geradas para atender a demandas dos seus fundadores/mantenedores, tendem a passar para a escala máxima de mercantilização e se tornar organizações burocráticas, a não ser que fracassem em seus verdadeiros e fundamentais objetivos. Se ocorre o fracasso, a tendência é a organização deixar de existir.

bens materiais se tornam mercadorias e outros bens começam a se transformar em mercancias; a quarta onda, que corresponde ao regime de acumulação conjugado (que vai até aproximadamente os anos 1980), momento em que se destaca o processo de intensificação da mercantilização da cultura, bem como a expansão do capital automobilístico e da produção de tecnologias de comunicação (Rádio, TV, etc.); a quinta e última onda de mercantilização, que corresponde ao regime de acumulação integral (a partir da década de 1980 até hoje), e que acrescentou ao processo anterior a intensificação da mercantilização da cultura, da educação e outros processos culturais, a mercantilização de novas mercadorias tecnológicas (computadores, celulares, etc.).

Esse processo também significa uma intensificação da mercantilização das relações sociais, pois cada vez mais estas são mediadas por mercadorias e/ou mercancias e tudo vai se transformando em valor de troca, gerando o processo de monetarização das relações sociais. A questão é que se as relações sociais se tornam cada vez mais mercantilizadas, então os movimentos sociais serão atingidos por esse processo. A cada onda de mercantilização, há uma intensificação da mercantilização dos movimentos sociais (ou, para ser mais exato, de setores dos movimentos sociais, no qual cada vez mais setores envolvidos na mercantilização e de forma cada vez mais intensa). Os movimentos sociais surgem quando ocorre a terceira onda de mercantilização, embora ainda de forma embrionária e contando com poucos movimentos sociais²², mas se consolidam com a quarta onda de mercantilização, ou seja, durante o regime de acumulação conjugado.

A passagem para o regime de acumulação integral significa uma maior mercantilização dos movimentos sociais. Isso pode ser explicado pelo fato que a intensificação da mercantilização atinge todas as relações sociais e os movimentos sociais existem no interior destas e por isso não pode escapar desse processo. A partir dos anos 1980 (processo que varia de acordo com o país e outras especificidades regionais, nacionais, etc.), começa a emergir o que foi chamado de ONGs (Organizações Não-Governamentais), e depois o que ficou conhecido como “Terceiro Setor”, que terá impacto direto em diversos setores de diversos movimentos sociais²³. Nesse contexto, há um processo de aceleração e intensificação da transformação de diversas organizações mobilizadoras em organizações

²² E com diferenciação entre eles, pois alguns estão mais desenvolvidos, outros menos, mas mesmo os mais desenvolvidos estão numa fase ainda embrionária. O movimento feminino, por exemplo, já começa a emergir com Flora Tristan e a união operária, entre outras iniciativas, tal como o posterior movimento sufragista.

²³ Para uma análise crítica do terceiro setor, veja Montañó (2002). Para uma crítica mais específica às ONGs, veja Petras (1999).

burocráticas, o que significa seu desligamento do movimento social de origem, mesmo que formalmente e discursivamente mantenha o vínculo.

Em síntese, com as sucessivas ondas de mercantilização há um processo de ampliação proporcional de setores dos movimentos sociais que ficam nas escalas média e máxima de mercantilização, bem como intensifica a passagem de diversas organizações mobilizadoras para o desligamento do vínculo com o seu movimento social de origem. No caso do regime de acumulação integral, isso também significa que há a constituição de diversas organizações burocráticas (algumas derivadas de organizações mobilizadoras, outras de origem externa e sem vínculo original com movimento social) que corresponde ao processo de hipermercantilização e políticas neoliberais.

E essa passagem de vários setores dos movimentos sociais para a escala média ou máxima de mercantilização é uma força atrativa para indivíduos carreiristas e oportunistas, ou seja, isso também gera um aumento dos “profissionais da mobilização”, gerando o “ativista profissional”. O ativista profissional é um equivalente ao “político profissional”, termo cunhado por Max Weber (1978), mas com a especificidade de ser um profissional (logo, assalariado ou remunerado por sua atividade) que atua junto à sociedade civil e assim se confunde com os demais ativistas e militantes políticos. O ativista profissional vive do ativismo, embora esse ativismo seja apenas um meio para justificar e legitimar o seu verdadeiro objetivo, que é o retorno financeiro.

Outra consequência desse processo é uma aproximação cada vez maior de setores dos movimentos sociais com partidos políticos (tanto por iniciativa partidária quanto por iniciativa de ativistas dos movimentos sociais) e com governos e instituições externa aos mesmos (fundações internacionais, institutos, etc.). Isso tudo, por sua vez, gera um efeito de fortalecimento do paradigma hegemônico no interior dos movimentos sociais, pois o processo de aproximação com tais instituições propagadoras da hegemonia correspondente ao regime de acumulação acaba gerando um processo cultural de adesão ao que é parte da política cultural da época.

Assim, o processo de mercantilização das relações sociais e dos movimentos sociais, gera uma “metamorfose mental” no interior destes. Uma consequência imediata desse processo é a imposição do cálculo mercantil e, por conseguinte, da mentalidade burguesa. Os indivíduos cada vez mais são envolvidos (estando isolados ou em organizações) com a necessidade de dinheiro, cálculo mercantil, etc. e isso reforça a força dos valores burgueses, tais como o dinheiro e a riqueza (o ter em detrimento do ser), poder (cargos e direção), ascensão social (que inclui os dois anteriores), reconhecimento na competição social (fama, sucesso, etc.).

A cada onda de mercantilização ganha mais força a escala máxima de mercantilização e isso gera um processo se torna cada vez mais amplo e irresistível. Isso, além de afetar as ações individuais nos movimentos sociais, também acabam dando uma orientação mais pragmática, “realista”, aos mesmos e assim os torna cada vez mais integrados na sociedade capitalista²⁴.

Assim, o interesse pessoal (incluindo cargos e dinheiro) vai se tornando cada vez mais forte e isso afeta os objetivos dos indivíduos, organizações, etc., que são ramificações dos movimentos sociais, o que tem efeito sobre os seus objetivos e reivindicações. Da mesma forma, isso promove uma maior aproximação com determinadas ideologias e representações compatíveis com o paradigma hegemônico no interior do regime de acumulação vigente. Assim, o processo de cooptação de setores dos movimentos sociais pelo aparato estatal fica facilitado, pois emerge um amplo processo de geração de interesses, vínculos, concepções legitimadoras e justificadoras, para sua concretização.

Esse processo de mercantilização e as ondas que se sucedem nesse sentido, atinge diferentemente cada movimento social. Os movimentos sociais conservadores possuem uma base social na qual a mercantilização já surge em alto grau, mas não como meio de ascensão social e sim de defesa de determinados interesses. Os seus recursos financeiros já são elevados e por isso o impacto das ondas de mercantilização é menor. A exceção são suas ramificações inferiores, que, no entanto, são raras. No caso dos movimentos sociais reformistas, o impacto é maior, embora atinja sob forma diferente cada tendência, organização, etc. Os indivíduos das classes trabalhadoras, no interior destes, tendem a um maior grau de cooptação, ao lado dos estratos inferiores das classes auxiliares da burguesia, mas convivendo com outros setores mais abastado já cooptados. Os indivíduos revolucionários das classes trabalhadoras também são mais frágeis diante desse processo e podem optar por abandonar o ativismo ou então buscar se tornar ativista profissional. Assim, as tendências conservadoras dentro dos movimentos sociais reformistas, bem como a majoritária tendência reformista, e parte da tendência revolucionária, cedem ao encanto da cooptação ou da mercantilização consciente. No caso dos movimentos sociais revolucionários, como eles emergem em momentos de radicalização da luta de classes, então essa é uma possibilidade quase inexistente, a não ser em alguns poucos casos individuais.

²⁴ Isso se aproxima, por sua vez, da discussão de Michels (1981) sobre os partidos políticos. Em que pese existirem problemas nas explicações de Michels, ele acerta ao colocar diversas questões, tais como a metamorfose psicológica dos indivíduos provenientes das classes trabalhadoras ao aderirem ao partido, a burocratização (“lei férrea da oligarquia”, apesar do motivo para isso não seja o apresentado por ele), a criação partidária de um novo setor da burocracia (“novas camadas pequeno-burguesas”), etc. Outros analistas dos partidos políticos observaram alguns elementos semelhantes (DUVERGER, 1982; VIANA, 2014), embora com diferenças analíticas.

Esse processo também atinge os movimentos sociais populares. No entanto, a dinâmica destes é diferente, bem como suas reivindicações. Como as reivindicações dos movimentos sociais populares abarcam questões sociais (moradia, transporte coletivo, etc.), bem como sua base social é fundamentalmente das classes trabalhadoras, então a mercantilização os atinge menos diretamente. A cooptação é geralmente de indivíduos (as chamadas “lideranças”) e é de onde surgem ativistas profissionais, sendo que muitos logo passam para políticos profissionais. O exemplo clássico desse processo são as associações de bairros do final do regime militar no Brasil, apesar de tais práticas continuarem até os dias atuais (LENARDÃO, 1997; JACOBI, 1987).

Assim, o processo de mercantilização incentiva dois outros processos: o de burocratização e o de cooptação. O fenômeno da burocratização dos movimentos sociais é tendencial (VIANA, 2016a) e atinge diferentemente distintos movimentos sociais e suas ramificações. O vínculo com o processo de mercantilização é relativamente simples de entender. A mercantilização e a burocratização se reforçam reciprocamente. A escala média de mercantilização de uma ramificação de um movimento social gera algumas despesas organizacionais, o que pressupõe a existência de uma organização. Esta pode ser autárquica, mas com a necessidade de recursos e uso destes se cria novas necessidades, como, por exemplo, responsáveis pela questão financeira, controle e fiscalização do coletivo sobre as finanças, etc. Isso incentiva ainda mais ao processo de divisão social do trabalho interno, o que incentiva a burocratização. Por outro lado, a burocratização gera necessidades financeiras. Quanto maior a organização, maiores as necessidades financeiras e despesas organizacionais. A existência de uma sede ou um funcionário, por exemplo, já mostra esse incentivo burocrático para a mercantilização. Um funcionário recebe salário e a organização, por conseguinte, necessitará de recursos mensais para bancar essa despesa, bem como uma sede também gera despesas organizacionais, inclusive mensais (além do aluguel, se houver, ainda há gastos com energia, água, internet, telefone, manutenção, limpeza, impostos, etc.). Ora, essa situação se torna ainda mais grave no caso da escala máxima de mercantilização. A burocratização se torna mais intensa, bem como a passagem para a transformação de organizações mobilizadoras para organizações burocráticas se torna a tendência mais poderosa no seu interior. O ativismo profissional se fortalece e os objetivos das organizações começam a mudar.

O outro processo é o da cooptação. O conceito de cooptação foi desenvolvido no âmbito da sociologia da burocracia e é um complemento no processo analítico da burocracia (VIANA, 2017b; SELZNICK, 1978; TREK; ARÉVALO, 2015). Não poderemos, por questão de espaço, desenvolver uma

discussão aprofundada sobre cooptação. Vamos apenas definir e colocar a questão para depois relacionarmos com o processo de mercantilização dos movimentos sociais. A cooptação é o processo no qual as organizações burocráticas (especialmente, mas não unicamente, o aparato estatal) consegue aliciar indivíduos ou mesmo organizações através da adesão em troca de benefícios pessoais diretos ou indiretos que pode ser cargos, financiamento, etc. (VIANA, 2017b). No caso dos movimentos sociais, existem várias pesquisas sobre cooptação, tanto de casos concretos (GOMES; ALVES, 2017; IGLESIAS, 2015; DRUCK, 2006), quanto a nível teórico (VIANA, 2017b).

O que nos interessa aqui é a cooptação relacionada com a mercantilização. A mercantilização é uma força incentivadora da cooptação. Isso ocorre sob várias formas. Uma delas é a criação de uma mentalidade burguesa (burocrática, mercantil, competitiva) que atinge os indivíduos e isso inclui (com variação de grau) os ativistas dos movimentos sociais, que não estão fora da sociedade moderna. Outra forma de incentivo à cooptação são as oportunidades políticas que aparecem aos indivíduos (a força eleitoral de um indivíduo, por exemplo, o torna atrativo para partidos políticos). A lista seria enorme e aqui trata-se da base social real sob a qual existem os movimentos sociais e os ativistas. No caso das organizações mobilizadoras, a cooptação se torna tendencial com seu crescimento, pois o seu atrativo para partidos e aparato estatal cresce, bem como a sua base se torna cada vez mais sensível ao processo de burocratização e mercantilização.

Esses dois processos (burocratização e cooptação) reforçam a tendência para “substituição de objetivos” (ETZIONI, 1976). Etzioni é o autor clássico a este respeito. Para ele, determinadas organizações possuem um duplo objetivo: o real e o declarado (ETZIONI, 1976). O objetivo real é aquilo que a organização realmente busca e o declarado é o que ela diz buscar. Em alguns casos, há coincidência em ambos, mas em outros, não. A substituição de objetivos é quando se passa do objetivo original para outro, mas mantém esse primeiro a nível discursivo (VIANA, 2017b). A burocratização (e a cooptação) tende a gerar essa substituição de objetivos. Segundo Lapassade (1999), a burocratização pode ser compreendida como o processo de formação da burocracia ou então como o processo em que as organizações passam ser seus próprios fins. Desta forma, quando uma organização mobilizadora realiza o processo de substituição de objetivos, ela passa a ser uma organização burocrática e passa a ter sua própria finalidade, se desligando do movimento social do qual fazia parte. A mercantilização é um mecanismo propulsor da burocratização e da cooptação e, portanto, da transformação de organizações mobilizadoras (e não só delas) em organizações

burocráticas. Isso, obviamente, é acompanhado por mutação ideológica, mas esse não é nosso foco aqui.

A mercantilização das relações sociais, assim, atinge os movimentos sociais sob formas distintas, bem como com grau e intensidade distintas, dependendo de qual ramificação, do contexto histórico, etc. Apesar disso, com as sucessivas ondas de mercantilização, há uma tendência para intensificação da mercantilização. Isso significa um aumento quantitativo e qualitativo da mercantilização, seja sob forma direta ou indireta.

Para entender melhor esse processo é útil abordar a mercantilização em um movimento social específico. Traremos o movimento feminino para analisar esse processo de mercantilização dos movimentos sociais num caso específico. O movimento feminino vai se desenvolvendo historicamente e se consolida durante o regime de acumulação conjugado. A entrada no regime de acumulação integral gerou uma alteração no movimento feminino, tanto no plano da ideologia e imaginário, quanto no plano das reivindicações e posições. Claro que isso atingiu de forma mais intensa nos setores do movimento feminino em escala máxima ou média de mercantilização, composto por mulheres das classes superiores (burguesia e suas classes auxiliares, burocracia e intelectualidade, fundamentalmente, embora possa ter mulheres de outras classes envolvidas nas organizações e ações destas).

A mutação ideológica (ou seja, no que se refere ao feminismo, uma ramificação do movimento feminino) aparece com as novas concepções que emergem e ficaram conhecidas como “terceira onda”²⁵. No âmbito da chamada terceira onda, emerge a discussão sobre relações de gênero (VIANA, 2006; STOLKE, 2004; SCOTT, 1995) e há a submissão ao paradigma subjetivista via ideologia pós-estruturalista (VIANA, 2006; MARIANO, 2005; MARTINS, 2015).

Essa mutação ideológica do feminismo é inseparável do novo regime de acumulação e do processo de mercantilização que se intensifica desde seu surgimento e que é uma constante no capitalismo. O vínculo se revela através do

²⁵ É comum dividir a história do feminismo em três ondas: a primeira onda seria do final do século 19 até metade do século 20; a segunda onda seria dessa época até aproximadamente anos 1980 e a partir desse momento emergiria a chamada “terceira onda”. Não é difícil perceber que as chamadas “ondas” do feminismo mudam com a mudança do regime de acumulação. Por outro lado, é preciso entender que aqui se trata de feminismo e não de movimento feminino, que é mais amplo. Podemos considerar que o feminismo é o conjunto de doutrinas, ideologias, concepções, gestadas e vinculadas ao movimento feminino e que este último é um movimento social no qual se engloba todas as ações femininas coletivas voltadas para a questão da mulher, o que engloba um conjunto muito mais amplo e as mulheres trabalhadoras, distantes das formulações doutrinárias e ideológicas. Sem dúvida, o feminismo acaba influenciando o movimento feminino, embora isso varie em grau e depende de um conjunto de outras determinações. A influência do feminismo no movimento feminino das classes trabalhadoras tende a ser menor. Sobre a distinção entre feminismo e movimento feminino é possível consultar a contribuição de Gomes (2018).

processo no qual ocorre a instauração de uma nova política cultural²⁶ a partir da emergência do regime de acumulação integral. Essa nova política cultural implantada gera a hegemonia do paradigma subjetivista e seus diversos produtos ideológicos (incluindo o pós-estruturalismo, que ganha destaque a partir dessa época, embora seu surgimento se dê nos anos 1970). Essa política cultural é produzida por estados nacionais (especialmente os dos países imperialistas, mas acaba, de certa forma, se generalizando), instituições internacionais (com destaque para a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), fundações internacionais (Ford, Rockefeller, etc.).

Assim, o financiamento de pesquisa e produção intelectual passa a estar submetido ao novo paradigma e passa a influenciar as novas produções culturais e, indiretamente, os movimentos sociais. Mas, nesse mesmo período, há a proliferação das ONGs, “Terceiro Setor”, etc. e isso tem um impacto direto nos movimentos sociais, devido ao seu entrelaçamento com essas organizações. Isso segue a dinâmica do regime de acumulação integral, pois há, com a ascensão do neoliberalismo, uma responsabilização da sociedade civil cujo objetivo é que essa passe a executar ações que antes eram realizadas pelos governos.

O financiamento governamental, as doações institucionais de fundações internacionais, etc. atinge direta e indiretamente os movimentos sociais. Isso não é diferente no caso do movimento feminino²⁷. Assim, a intensificação da mercantilização ocorre simultaneamente com a expansão de organizações e do aumento de necessidade de recursos financeiros por parte de vastos setores dos movimentos sociais. O resultado disso é o reforço do paradigma hegemônico no interior dos movimentos sociais e a passagem de várias organizações para uma escala superior de mercantilização, gerando inclusive organizações burocráticas que abandonam o seu vínculo autêntico com o grupo social de base dos mesmos.

O caso do movimento feminino apenas ilustra o que ocorre em todos os movimentos sociais, especialmente em determinadas ramificações do mesmo,

²⁶ Aqui se entenda por política cultural “o planejamento institucional (estatal ou de outra instituição) ligado a determinados interesses de classe e voltado para a produção, controle e difusão de cultura, entendendo por este conceito o conjunto das produções intelectuais, o que inclui arte, ciência, filosofia, técnica, etc., e que é realizado por quem detém o poder nessa instituição” (VIANA, 2019, p. 48). Isso significa, entre outras coisas, que a política cultural é perpassada por toda um processo de burocratização e mercantilização, bem como envolve “fusão entre mecanismos institucionais de produção intelectual e mecanismos de difusão e reprodução, bem como gera zonas de influência para além deles” (VIANA, 2019, p. 50).

²⁷ Isso pode ser visto, por exemplo, pela lista de organizações autodenominadas feministas e outras que recebem recursos das fundações internacionais. Basta ver a lista que a própria Fundação MarcArthur apresenta. Disponível em: <http://www.pesquisasedocumentos.com.br/macarthur.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2019. As demais fundações também realizam investimentos e por isso a lista é bem maior, bem como o impacto disso.

com mais força nas organizações mobilizadoras. Assim fica claro que a mercantilização gera uma mutação nos movimentos sociais. Sem dúvida, isso não atinge ao movimento social como um todo e sim suas ramificações. Porém, com a intensificação desse processo, cada vez mais setores e mais influentes são mercantilizados e, desta forma, se tornam hegemônicos nos movimentos sociais e quantitativamente superiores. O processo de mercantilização gera uma moderação crescente nos movimentos sociais, pois não apenas as concepções hegemônicas, mas os compromissos, as exigências dos financiadores, a preocupação com os recursos e despesas, etc. acabam desviando algumas organizações do seu objetivo original, o que as fazem deixar de ser ramificações dos movimentos sociais, gerando, em muitos casos, a substituição de objetivos. A mercantilização dos movimentos sociais gera um efeito de moderação dos mesmos que podem ser observados na burocratização, cooptação, ideologização, além da própria mercantilização. Assim, a cada nova onda de mercantilização se cria um efeito de moderação mais amplo sobre os movimentos sociais.

O objetivo que nos propomos foi analisar o processo de mercantilização dos movimentos sociais. Para tanto, analisamos a mercantilização das relações sociais em geral e, posteriormente, a que ocorre especificamente com setores dos movimentos sociais. A mercantilização dos movimentos sociais revela um processo de intensificação a cada nova onda que ocorre. Isso amplia o número de organizações e ramificações submetidas a uma escala mais ampla de mercantilização. Isso tem um efeito indireto e outro direto sobre os movimentos sociais, gerando um novo objetivo para as organizações e ramificações além dos ligados aos interesses dos grupos sociais de base, que é o mercantil. Isso significa, ainda, que o cálculo mercantil, a metamorfose mental, a burocratização, a cooptação, entre outros fenômenos, passa a se manifestar nos movimentos sociais.

Isso se manifesta, também, na submissão ao paradigma hegemônico, que, por sua vez, justifica e legitima o processo de mercantilização. Esses processos são todos entrelaçados e seu resultado geral e final é um efeito de moderação dos movimentos sociais. Em síntese, os movimentos sociais só podem ser compreendidos no interior da dinâmica da sociedade moderna, que é marcada pelo processo de mercantilização (e burocratização, que lhe acompanha) e, desta forma, acabam sofrendo um efeito de moderação em parte de suas ramificações, seja sob o seu impacto direto ou indireto.

THE MERCANTILIZATION OF SOCIAL MOVEMENTS

ABSTRACT: *This article discusses the process of mercantilization of social movements. To do so, it performs an analysis of the mercantilization of social relations in general, and after that, it observes how this affects social movements. In this analytical process, an analysis of the waves and scales of mercantilization of social movements is presented. After the analysis of these processes, the effect of mercantilization on social movements is observed, concluding that the main effect is moderation.*

KEYWORDS: *Mercantilization, Social Movements. Waves. Scales. Moderation.*

REFERÊNCIAS

ALONSO, A. As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, 2009.

BOURDIEU, P. **O Campo Econômico:** a Dimensão Simbólica da Dominação. Campinas: Papirus, 2000.

DRUCK, G. Os Sindicatos, os Movimentos Sociais e o Governo Lula: Cooptação e Resistência. **OSAL:** Observatorio Social de America Latina: **CLACSO:** Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, Buenos Aires, ano 6, n.19, jul. 2006.

DUVERGER, M. **Os Partidos Políticos.** Brasília: Ed. da Unb, 1982.

ETZIONI, A. **As Organizações Modernas.** 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1976.

FRANK, A. G.; FUENTES, M. Dez teses acerca dos movimentos sociais. **Lua Nova**, São Paulo, n.17, junho 1989.

GOHN, M. da G. **Teorias dos Movimentos Sociais:** Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GOMES, M. Movimento Feminino e Feminismo. **Movimentos Sociais**, Goiânia, v.2, n.3, jul./dez. 2017.

GOMES, M. V. P.; ALVES, M. A. Como se cria um Ministério?: O processo de cooptação como mecanismo de distensão na relação entre movimentos sociais e Estado. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.51, n.3, p.388-406, maio/jun. 2017.

IGLESIAS, E. Da Colonização da Sociedade Civil às Tensões entre Partidos no Governo e Movimentos Sociais. **Sociologia em Rede**, Goiânia, ano 5, n.5, jan./jun. 2015.

JACOBI, P. R. Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre literatura nos anos 70 e 80. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais: BIB**, Rio de Janeiro, n.23,1987.

JENSEN, K. **Que Fazer?** Goiânia: Edições Redelp, 2016.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LAPASSADE, G. **Grupos, Organizaciones y Instituciones: La transformacion de la burocracia**. Barcelona: Gedisa, 1999.

LAPASSADE, G. **A Entrada na Vida**. Lisboa: Edições 70, 1975.

LENARDÃO, E. Neoclientelismo e Cooptação na Manutenção do Poder Político Local. **Revista Mediações**, Londrina, v.2, n.2, 1997.

MARIANO, S A. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.3, 2005.

MARTINS, A. P. O Sujeito nas ondas do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. **Café com Sociologia**, Maceió, v.4, n.1, jan./abr. 2015.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 5 v.

McCARTHY, J.; ZALD. M. Mobilização de Recursos e Movimentos Sociais: Uma Teoria Parcial. **Movimentos Sociais**, Goiânia, v.1, n.2, 2017. Disponível em: http://redelp.net/revistas/index.php/rms/article/view/692/pdf_10. Acesso em: 16 ago. 2019.

MICHELS, R. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Ed. da Unb, 1981.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

PETRAS, J. **Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa**. Blumenau: FURB, 1999.

SARTRE, J.-P. **Crítica da Razão Dialética**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA, R. A Teoria dos Movimentos Sociais de Nildo Viana. **Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v.7, n.2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/238080/31262>. Acesso em: 16 ago. 2019.

SCOTT, J. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.2, n.20, jul./dez. 1995.

SELZNICK, P. Cooptação: um mecanismo para a estabilidade organizacional. *In*: CAMPOS, E. (org.). **Sociologia da Burocracia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.18-36.

STEINER, P. **A Sociologia Econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.

STOLKE, V. La Mujer es Puro Cuento: La Cultura del Género. **Estudios Feministas**, Florianópolis, v.12, n.2. maio/ago. 2004.

SWEDBERG, R. Sociologia Econômica: hoje e amanhã. **Tempo Social**, São Paulo, v.16, n.2, 2004.

TARROW, S. **O Poder em Movimento: Movimentos Sociais e Confronto Político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TELES, G. Para uma análise marxista dos movimentos sociais: contribuições de Karl Jensen e Nildo Viana. **Revista Despierta**, Naviraí, MS, v.4, n.4, 2017. Disponível em: <https://redelp.net/revistas/index.php/rde/article/view/669/624>. Acesso em: 16 ago. 2019.

TREK, E.; ARÉVALO, P. Aproximación al concepto de cooptación política: la maquinaria presocrática y sus formas. **Polis: Revista Latinoamericana**, Santiago, Chile, v.14, n.40, p. 469-488, 2015, Disponível em: <http://www.scielo.cl/pdf/polis/v14n40/art22.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

VIANA, N. **Hegemonia Burguesa e Renovações Hegemônicas**. Curitiba: CRV, 2019.

VIANA, N. **A Mercantilização das Relações Sociais: Modo de Produção Capitalista e Formas Sociais Burguesas**. Curitiba: Appris, 2018a.

VIANA, N. **A Teoria das Classes Sociais em Karl Marx**. Lisboa: Chiado, 2018b.

VIANA, N. As Abordagens Sociológicas dos Movimentos Sociais. **Movimentos Sociais**, Goiânia, v.1, n. 2, 2017a. Disponível em: https://redelp.net/revistas/index.php/rms/article/view/02vianams03/pdf_15. Acesso em: 16 ago. 2019.

VIANA, N. Estado e Movimentos Sociais: efeitos colaterais e dinâmica relacional. **Café com Sociologia**, Maceió, v.6, n.3, jul./dez. 2017b. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/902>. Acesso em: 16 ago. 2019.

VIANA, N. Movimentos Sociais e Organizações Mobilizadoras. **Revista Espaço Livre**, Goiânia, v.12, n.23, 2017c. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rel/article/view/653/562>. Acesso em: 16 ago. 2019.

VIANA, N. **Os Movimentos Sociais**. Curitiba: Prismas, 2016a.

VIANA, N. Movimentos Sociais: Unidade e Diversidade. **Café com Sociologia**, Maceió, v.5, n.3, ago./dez. 2016b. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/717/pdf>. Acesso em: 16 ago. 2019.

VIANA, N. Os Movimentos Sociais Populares. *In*: VIANA, N. (org.). **Movimentos Sociais: Questões Teóricas e Conceituais**. Goiânia: Edições Redelp, 2016c. p. 71-104.

VIANA, N. Organizações: Reprodução ou Transformação Social. **Revista Espaço Livre**, Goiânia, v.11, n.21, 2015. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rel/article/view/440/391>. Acesso em: 16 ago. 2019.

VIANA, N. **O Que São Partidos Políticos?** Brasília: Kíron, 2014.

VIANA, N. **Universo Psíquico e Reprodução do Capital**: Ensaios Freudo-Marxistas. São Paulo: Escuta, 2008.

VIANA, N. Gênero e Ideologia. *In*: VIANA, N. (org.). **A Questão da Mulher: Opressão, Trabalho, Violência**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2006. p.75-96.

WALLERSTEIN, I. **O Capitalismo Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

WEBER, M. **Ciência e Política: Duas Vocações**. São Paulo: Cultrix, 1978.

Recebido em 10 de março de 2019

Aprovado em 15 de junho de 2019

